

**Jardim histórico e contemporaneidade:
aspectos socioculturais da Quinta da Boa Vista no contexto urbano do Rio de
Janeiro**

SESSÃO TEMÁTICA: DIMENSÃO HISTÓRICA E PATRIMONIAL DO PROJETO, DO
PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA PAISAGEM

Autora: Clara Maria Santos de Lacerda
UFF-Universidade Federal Fluminense (PPGAU)
lacerdaclara@id.uff.br

RESUMO

A Quinta da Boa Vista é um parque público de 155 mil m², situado na cidade do Rio de Janeiro, no bairro de São Cristóvão. O espaço é um complexo paisagístico tombado pelo IPHAN em 1938. Tendo servido de residência imperial, a Quinta atualmente abriga o Museu Nacional (em restauração após o incêndio de 2018) e os jardins idealizados pelo paisagista francês Glaziou, se constituindo em um patrimônio cultural. A partir disso, a pesquisa buscou compreender não somente os aspectos históricos desse espaço, mas a dupla identidade presente na Quinta da Boa Vista, verificada por meio das funções sociais que este espaço continua a desempenhar na atualidade. O intuito foi o de compreender o papel desse parque como espaço de sociabilidade ao longo do tempo e o seu lugar na paisagem carioca contemporânea. A metodologia englobou uma abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica acerca da história e iconografia da Quinta da Boa Vista, bem como sobre o desenvolvimento dos parques urbanos no Brasil, com ênfase às dinâmicas sociais do Rio de Janeiro. Para este estudo foram utilizadas fontes primárias e secundárias, e os resultados apontam para a contínua relevância do espaço para as classes populares, sendo um lugar essencial no contexto da zona norte da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Jardim histórico; Paisagem; Quinta da Boa Vista; Sociabilidade.

ABSTRACT

Quinta da Boa Vista is a 155,000 m² public park located in the São Cristóvão neighborhood in the city of Rio de Janeiro. The space is a landscaped complex listed as a national heritage site by IPHAN in 1938. Having served as an imperial residence, Quinta currently houses the National Museum (under restoration after the 2018 fire) and gardens designed by the French landscape architect Glaziou, constituting a cultural heritage site. Based on this, the research sought to understand not only the historical aspects of this space, but also the dual identity present in Quinta da Boa Vista, verified through the social functions that this space continues to perform today. The aim was to understand the role of this park as a space for sociability over time and its place in the contemporary Rio de Janeiro landscape. The methodology encompassed a qualitative approach, with a bibliographic review of the history and iconography of Quinta da Boa Vista, as well as the development of urban parks in Brazil, with an emphasis on the social dynamics of Rio de Janeiro. Primary and secondary sources were used for this study, and the results point to the continued relevance of the park for the working classes, being an essential place in the context of the northern zone of the city.

KEYWORDS: Historic garden; Landscape; Quinta da Boa Vista; Sociability.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com cerca de 213,4 milhões de pessoas (segundo projeções do IBGE 2025), situado na América do Sul, e sua capital é a cidade de Brasília. No entanto, mundialmente, uma das cidades brasileiras mais conhecidas e visitadas diz respeito a antiga capital imperial, Rio de Janeiro, na região Sudeste, cuja população atual é de entorno 6,730.729 milhões (também baseado em projeções do IBGE 2025). Com relação à natureza urbana dessa cidade, Arbilla e Silva (2018) demonstram que a cobertura vegetal é composta por cerca de 28,9% de vegetação da Mata Atlântica, cujas principais áreas se encontram justamente nas matas reflorestadas, como a Floresta da Tijuca, e em alguns parques dentro do perímetro urbano (Arbilla e Silva, 2018).

Por toda a história que se materializa na paisagem carioca, a cidade do Rio de Janeiro recebeu algumas creditações internacionais, como o certificado conferido pela UNESCO de Patrimônio Mundial da paisagem cultural, no ano de 2016 (Ribeiro, 2007). Além disso, o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, é um reduto de pesquisa científica e de preservação ambiental, com espécies vegetais ameaçadas de extinção. Por esse motivo, em 1991, recebeu o título de Reserva da Biosfera, também concedido pela UNESCO.

Entretanto, ao remontar o passado, é possível verificar que, em muitos casos, o “verde” e uma determinada cultura paisagística estiveram conectados à apenas uma parcela da população. Segundo Macedo e Sakata (2002, p. 16), no Brasil, os parques públicos se originaram como uma iconografia acessória, relacionada aos interesses das elites ao longo do século XIX, que queriam se aproximar da forma e da cultura presentes no cotidiano europeu (Macedo e Sakata, 2002, p. 16). Pelo fato do século XIX ter sido o período da constituição do Brasil como nação e, ainda mais, com a vinda da família real portuguesa em 1808, novas estruturas foram sendo moldadas nas cidades, que passaram a desempenhar outras funções sociais e econômicas e precisavam aparentar certa tradição formal e cultural das grandes cidades e impérios da Europa Central, mas adaptadas a realidade tropical do país.

Neste sentido, a cidade passa a ser o lócus de uma série de transições socioculturais que marcaram o desenvolvimento de uma identidade comum aos integrantes da nação em formação. Acerca das mudanças morfológicas e funcionais no Rio de Janeiro durante a passagem da colônia para Império, Macedo e Sakata (2002, p. 16) argumentam que:

A capital, o Rio de Janeiro, é, naturalmente, a cidade que passa pelas mais rápidas e urgentes transformações urbanas, já que incorpora de imediato funções antes exercidas por Lisboa, e, a partir da proclamação da Independência, em 1822, torna-se a capital de uma nova nação, rica em recursos, carreando para si investimentos de porte vindos de todo o país. Telégrafo, telefone, palacetes, boulevards, correios, serviços bancários, ministérios, faculdades, embaixadas e sedes de novas corporações surgem e instalam-se na cidade, que assume a vanguarda no processo de urbanização nacional durante todo o século. Nesse contexto são criados, no Rio de Janeiro, os três primeiros parques públicos, com as características morfológicas e funcionais que conhecemos hoje: o Campo de Santana e o Passeio Público, situados junto ao núcleo histórico e centro tradicional da cidade, e o Jardim Botânico, junto à então distante Lagoa Rodrigo de Freitas.

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro, criado como Jardim da Aclimação por Dom João VI para o cultivo de especiarias trazidas das Índias Orientais, é um dos mais impressionantes cenários do Ecletismo paisagístico brasileiro por seu porte, elegância e manutenção, que se tem conservado estável ao longo dos anos (Macedo e Sakata, 2002, p. 16-17).

Cabe ressaltar que o Rio de Janeiro não passou apenas por mudanças urbanísticas e funcionais, mas também por mudanças populacionais. Enders (2008) afirma que a presença da Corte contribuiu para atrair ondas de migrantes, movidos por razões diversas. Sendo assim, em um curto espaço de tempo (de 1799 a 1821), a expansão populacional foi tão expressiva que o centro da cidade passou de 43.000 a 79.000 habitantes (Enders, 2008, p. 92). Somando-se a isso, Benchimol (2010, p. 116) reitera também o progressivo aumento populacional nos anos seguintes: em 1822, o número de habitantes na cidade chegou à cifra de 100 mil e em 1840, a cidade contava com 135 mil habitantes.

Isso trouxe uma demanda maior por espaços verdes, como parte dos ideais de modernidade e requinte, além de uma maior pressão nos recursos hídricos e energéticos. Dentre esses espaços, contam-se inúmeros jardins privados, anexos a palacetes e casarões, seguindo o modelo dos jardins burgueses franceses. Se até a metade do século XIX, o Rio de Janeiro era uma cidade de ruas estreitas, sem passeios para pedestres, nos quais os espaços públicos eram ocupados primordialmente por escravos, mulheres, crianças e “animais de trabalho” (Benchimol, 2010, p. 120), após os anos 1870, com a consolidação do império e fim da escravidão, já sob reinado de D. Pedro II, a cidade passou a representar novas relações de trabalho assalariado, e novas morfologias se originaram como símbolo da modernização capitalista.

É importante ressaltar que durante o reinado de D. Pedro II (1840-1889), a questão da natureza urbana foi tratada de maneira mais efetiva por meio do reflorestamento da Floresta da Tijuca. Com o auxílio do paisagista francês Auguste François Marie Glaziou, a área, antes degradada da floresta, foi idealizada como um verdadeiro parque, onde o paisagismo francês se aliou às espécies nativas da mata atlântica. Influenciado pelas ideias naturalistas sobre o conhecimento e a catalogação de plantas em herbários, além da compreensão de que o maciço da Tijuca era essencial para a manutenção dos recursos hídricos da cidade e um refúgio em meio a crescente expansão urbana pela qual o Rio de Janeiro passava, o imperador se empenhou em políticas públicas para a conservação hidrológica, produção de um clima saudável e de áreas de lazer para a elite carioca pautado na lógica de estruturar a urbanização pela presença da vegetação (Fernandez, 2011).

Dessa forma, em 1860, foi criado o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (IIFA), que tinha por objetivo administrar os progressos e questões relacionadas a agricultura na cidade e seus entornos, tendo em vista o precário legado deixado pela colonização e a falta de conhecimentos técnicos e ambientais para evitar a deterioração dos solos e vegetação. A implementação do IIFA, em conjunto com a criação da Diretoria de Parques e Jardins da Casa Imperial em 1869 por D. Pedro II, também contribuiu com o reflorestamento da floresta acima citado, além do plantio de cerca de 100 mil mudas de espécies nativas da Mata Atlântica, no período de 1861 a 1874, no qual o raciocínio era o de que “das montanhas deveria descer o plantio das árvores para as praças, para as ruas” (Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, 1870, p. 31 apud Heynemann, 2009, p. 4).

Porém, de acordo com Segawa (1996), os jardins e parques públicos apenas foram inseridos efetivamente no contexto social do Brasil a partir do século XX (Segawa, 1996).

Dessa forma, o período pós 2ª Guerra Mundial influenciou os modos de vida urbana brasileiros, transformando e remodelando cidades, dentre as quais pode-se citar Rio de Janeiro e São Paulo, que já estavam em amplo processo de industrialização, atingindo também municípios vizinhos com a expansão de sua malha urbana (expansão dos serviços, dos transportes e da comunicação).

Com o pós-guerra e a consolidação da República no Brasil, período no qual a maioria da população passa a habitar os núcleos urbanos, os parques começaram a atender a uma gama de habitantes com interesses diversos. Entre os anos de 1950 e 1960, já havia uma profunda carência de espaços ao ar livre para o lazer de massa (Macedo e Sakata, 2002). Apesar de cidades costeiras, como é o caso do Rio de Janeiro, contarem com a praia como um forte elemento sociocultural em seu espaço urbano, além de outras cidades terem o benefício de serem próximas a cachoeiras e matas, possibilitando o lazer da população, com o progressivo esgotamento dessas áreas, os parques e demais espaços verdes tornaram-se essenciais para a vida nas cidades do país (Macedo e Sakata, 2002), que passam a englobar os parques públicos em seus planejamentos urbanos, como uma maneira de oferecer serviços esportivos, contemplativos e culturais, não mais exclusivamente para as elites.

Dentro de todo esse panorama social e histórico, o caso particular da Quinta da Boa Vista, atual parque público e também jardim histórico da cidade, chama a atenção, por causa de sua mudança estrutural e social no bairro de São Cristóvão, ao longo dos séculos XIX e XX. Por exemplo, como foi apresentado anteriormente, o século XIX condiz com a estruturação do Brasil como nação. No período, o Rio de Janeiro passou por uma reestruturação para desempenhar novas funções simbólicas e políticas e a área onde se localiza a Quinta era essencialmente relacionada à aristocracia (Macedo e Sakata, 2002). Já no século XX, o espaço do bairro de São Cristóvão se tornou o local da classe operária e os jardins da Quinta da Boa Vista se adequaram à função de parque público, sendo um importante local para a classe popular e, sobretudo para a zona norte da cidade, área tão carente de espaços de lazer e áreas verdes.

Sendo assim, a presente pesquisa, fruto de dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo, teve por objetivo investigar justamente essa dupla identidade da Quinta da Boa Vista, e as funções sociais que este espaço continua a desempenhar na atualidade. O intuito foi o de compreender o papel desse parque como espaço de sociabilidade ao longo do tempo e o seu lugar na paisagem carioca.

2 METODOLOGIA

A pesquisa realizada é qualitativa e explicativa, pretendendo descrever a complexidade do estudo de caso e explicar o porquê dos fenômenos e dos processos. Sendo assim, foi realizada uma contextualização histórica das mudanças na forma urbana do Rio de Janeiro em relação ao jardim histórico da Quinta da Boa Vista.

Os objetivos específicos dessa investigação foram:

1. Realizar um breve levantamento bibliográfico sobre o desenvolvimento dos parques urbanos no Brasil, com ênfase às dinâmicas sociais do Rio de Janeiro;
2. Analisar o histórico e a dupla identidade da Quinta da Boa Vista, com a sua consolidação na cidade contemporânea;
3. Realizar entrevistas para averiguar o papel desse parque como espaço de sociabilidade atualmente.

O método de análise escolhido contribuiu para delimitar a bibliografia a ser entendida como fonte, possibilitando a obtenção de informações e evidências sobre a temática estudada. Nesta perspectiva, as fontes geralmente se constituem de textos produzidos e outros dados imagéticos e visuais, que nesta pesquisa foram divididos entre fontes primárias e secundárias, conforme pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1: Fontes de pesquisa

Fontes primárias	Fontes secundárias
Documentos históricos	Artigos de revisão de literatura científica
Artigos e livros originais	Livros descritivos e que se basearam em pesquisas já publicadas
Referências originais obtidas em websites e páginas de redes sociais governamentais e turísticas oficiais	Qualquer outra informação já apresentada e discutida em outros meios
Fotografias e anotações de campo	-----

Fonte: Elaborado pelo (a) autor (a), 2025.

As fontes primárias são investigações no âmbito acadêmico e dados originais sobre a Quinta da Boa Vista e todo o seu histórico, além das referências dentro do aporte teórico-metodológico da Geografia Cultural e do Planejamento Urbano. As fontes secundárias se referem ao estado da arte do trabalho, configurando um amplo panorama do estudo sobre os parques urbanos no Brasil e o contexto dos espaços verdes da cidade do Rio de Janeiro, que foram apresentados na introdução do tema. Essas referências foram relevantes para a verificação do conhecimento consolidado sobre os processos de urbanização do Rio de Janeiro e as mudanças funcionais da Quinta da Boa Vista ao longo dos séculos.

3 QUINTA DA BOA VISTA

A Quinta da Boa Vista é um parque público localizado no bairro de São Cristóvão, zona norte do Rio de Janeiro. Atualmente, é administrada pela Fundação Parques e Jardins do município. É interessante notar que o parque conta com instituições importantes em seu interior, como o zoológico Bio Parque (antiga fundação Rio Zoo), o Museu Nacional- que compreende o antigo palácio imperial e o horto botânico, este último sendo mantido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Originalmente localizada no vale, entre morros e colinas, o local no período até 1759, se situava em terras de origem jesuítas, compreendendo uma extensão territorial:

Das margens do rio Maracanã até as imediações de Inhaúma. A parte litorânea dessa imensa propriedade incluía a Ponta do Caju, de um lado, e quase toda a margem oeste do atual Canal do Mangue, no outro extremo (Ferreira e Martins, 2000, p. 130).



Depois, em 1808, a área foi cedida para ser nova moradia da Família Real Portuguesa e, posteriormente, foi também residência da Família Imperial Brasileira, durante os dois impérios. No Segundo Império, seus jardins foram idealizados pelo paisagista/horticultor francês Auguste François-Marie Glazou, em 1868, a pedido do então imperador D. Pedro II. De acordo com Trindade (2014, p.60), o complexo paisagístico foi construído para o uso da família imperial e demais pessoas que moravam no interior da propriedade, mas também, aos domingos, a área da Quinta da Boa Vista era aberta à população.

Foi somente após a reforma paisagística idealizada por Glazou que os jardins passaram a ser frequentados pelo público (Ferreira e Martins, 2000). Isso foi favorecido também pelas mudanças do entorno da área, dentre as quais destacam-se: estabelecimento de linhas regulares de ônibus puxados à tração animal e mais tarde pelos bondes, que faziam a ligação entre o bairro de São Cristóvão e a cidade, ou seja, é a partir do reinado de D. Pedro II que, aos poucos, o povo teve acesso aos jardins do palácio e passou a assumi-lo como também seu (Ferreira, 2000, p.145).

Entretanto, é interessante observar que segundo Macedo e Sakata (2002), não era toda a população que poderia ter acesso à Quinta da Boa Vista, mas:

Por suas alamedas desfilavam senhoras, cavalheiros e crianças ostentando o elaborado vestuário da época, com fraques pesados, vestidos com armações e muitas saias, e sombrinhas, a maior parte das roupas totalmente inadequada a um país tropical como o Brasil. Repetia-se no uso do espaço público o mesmo tipo de comportamento social que caracterizava as demais esferas da vida do novo país em formação: a cópia, a reprodução dos padrões anglo-franceses. E essa tendência pode ser constatada na arquitetura (Macedo e Sakata, 2002, p. 23).

Tendo sido inspirado nos jardins burgueses franceses, o projeto de Glazou também incluiu conhecimentos da flora brasileira, produzindo uma paisagem bucólica e mística, com a presença de grutas artificialmente construídas, lagos com margens curvilíneas e canteiros com espécies nativas do Brasil. Vale ressaltar que neste mesmo período, o reflorestamento da Floresta da Tijuca estava em curso, e Glazou utilizou muitos dos conhecimentos adquiridos com a Floresta para a Quinta da Boa Vista.

De acordo com Magalhães (2017, p. 19), Glazou fazia parte de um grupo extenso de imigrantes que chegou na segunda metade do século XIX. Ele trouxe suas tradições paisagísticas, e atuou na recriação de inúmeros espaços públicos e privados por todo o país, promovendo o cenário pitoresco do jardim *paysager* no contexto brasileiro. A autora também destaca que a própria formulação dos jardins, era como obras de arte, feitas utilizando a técnica do cimento armado (*rocailles*), como ornamentos de decoração, mimetizando os diversos elementos da natureza, como rochas, grutas e cascatas, por exemplo (Magalhães, 2017, p. 19-20).

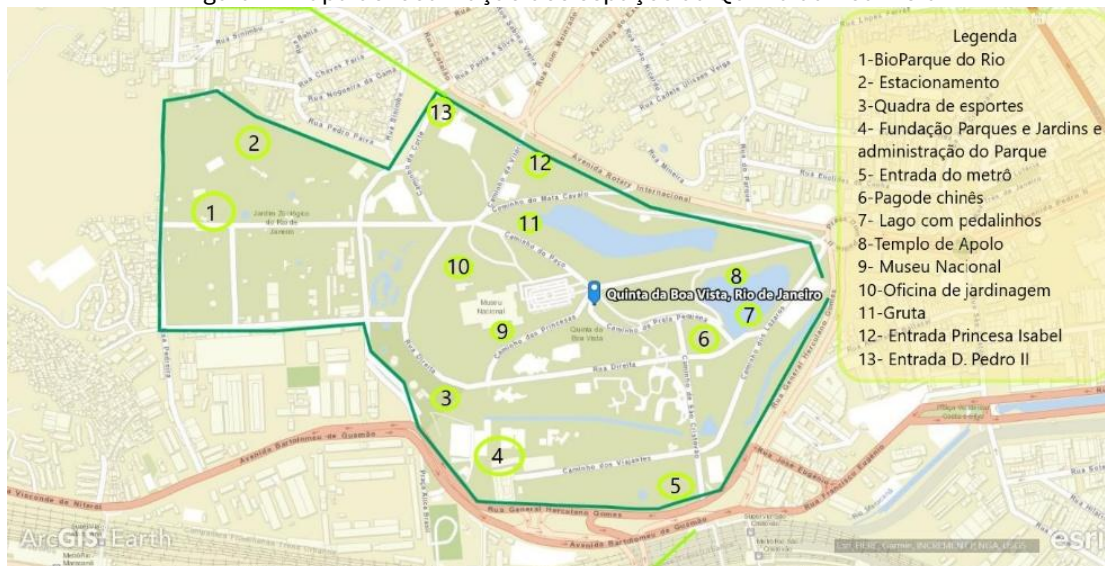
Figura 1: Lago da Quinta da Boa Vista e o detalhe dos *Rocailles*



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Durante o reinado de D. Pedro II, a área total da Quinta manteve-se praticamente inalterada, com cerca de 1.033.800 m². Entretanto, com o advento do século XX, o perímetro de extensão foi-se reduzindo, pois partes do terreno foram sendo cedidas ao governo republicano para outras finalidades (Ferreira e Martins, 2000). O alargamento da via férrea e a abertura de ruas e viadutos fazem parte dessas modificações, o que foi progressivamente descaracterizando a morfologia que o parque possuía durante o império de D. Pedro II, principalmente na parte sul da Quinta, na qual foi aberta a via férrea, e na parte norte, desde o portão monumental da alameda até o portão que dá para o largo da Cancela. Estas intervenções deixaram uma boa parte da área original de fora dos limites físicos atuais (Ferreira e Martins, 2000).

Figura 2: Mapa de localização dos espaços da Quinta da Boa Vista



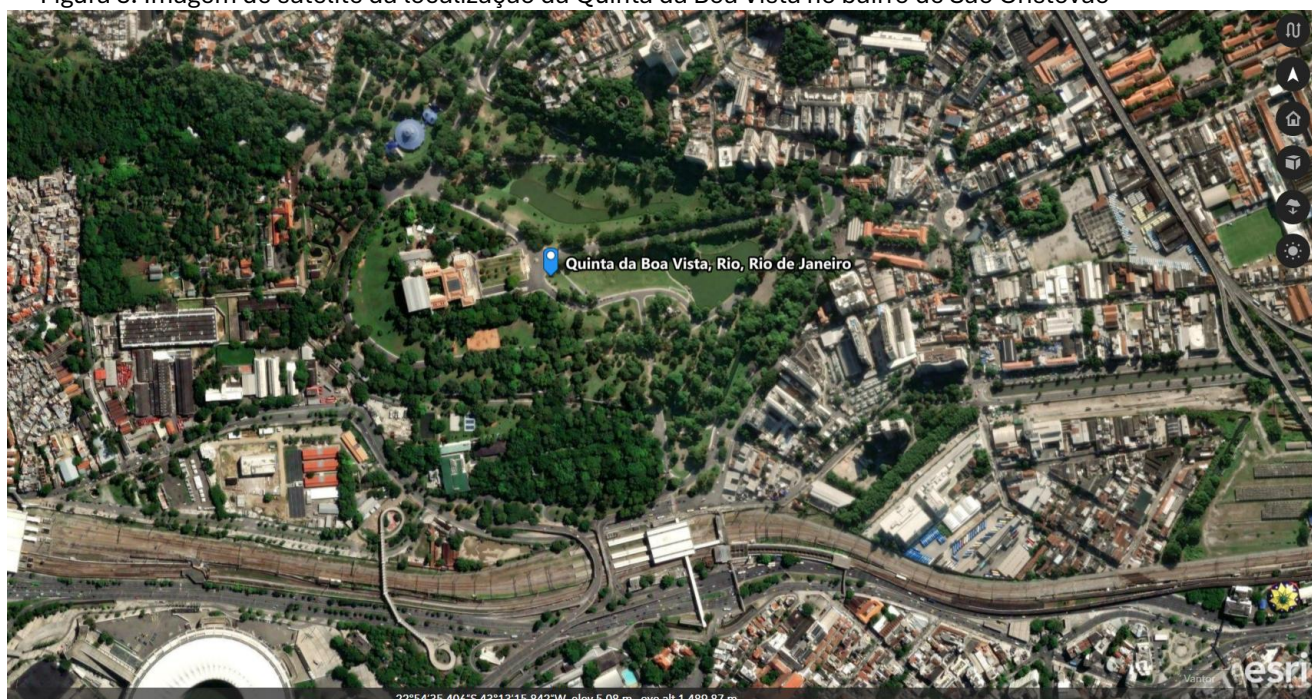
Fonte: Adaptado do ArcGis Earth, 2022.

Nos dias atuais, a Quinta da Boa Vista possui uma área verde de 155 mil m² e caso tivessem sido mantidos seus terrenos originais, podemos dizer que toda a área onde hoje se localiza o Estádio do Maracanã, bem como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em

Vila Isabel, o edifício do Museu do Índio e partes do Morro da Mangueira, fariam parte do Parque. Porém, apesar de a Quinta ter perdido espaço físico, os autores Macedo e Sakata (2002, p. 144) afirmam que seus jardins se enquadraram bem nas dinâmicas urbanas que estavam em curso durante o século XX, e “se adequaram perfeitamente à função de parque urbano” (Macedo e Sakata, 2002, p. 144).

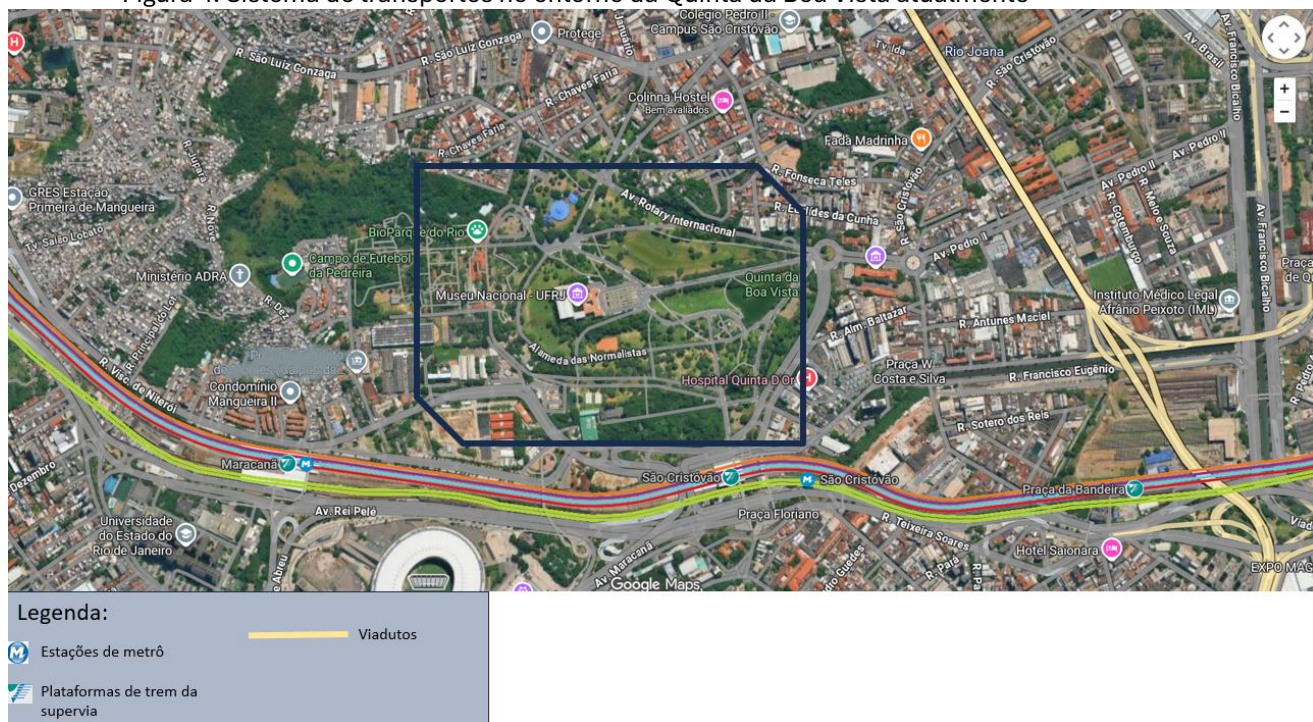
Provavelmente pelo valor histórico e cultural, além da facilidade de acesso, uma vez que a área é “cercada por viadutos, linhas de trem e pelo Estádio do Maracanã, a Quinta é o espaço público mais precioso dessa área da cidade, abrigando ainda o Museu Nacional, desde 1892, e o Jardim Zoológico, desde 1945” (Macedo e Sakata, 2002, p. 144). Esses detalhes podem ser visualizados nas figuras 3 e 4, onde é possível verificar tanto a vasta extensão territorial do parque, quanto o sistema de transportes que facilitam o acesso das pessoas ao local.

Figura 3: Imagem de satélite da localização da Quinta da Boa Vista no bairro de São Cristóvão



Fonte: Adaptado do ArcGis Earth, 2026.

Figura 4: Sistema de transportes no entorno da Quinta da Boa Vista atualmente



Fonte: Adaptado de Google Maps, 2026.

3.1 Um jardim e muitas histórias

Os autores Ferreira e Martins (2000) argumentam que durante toda a época imperial, a área onde hoje situa-se o parque urbano da Quinta da Boa Vista, foi um ponto de referência para a sociedade brasileira que ainda estava se reconhecendo enquanto nação. Portanto, além da imagem aristocrática, o bairro possuía também uma imagem de força política e social, onde o ponto central de convergência entre os poderes estava na Quinta da Boa Vista (Ferreira e Martins, 2000).

No decorrer do período republicano, a moradia e o planejamento urbano se modificou no contexto social carioca. É possível perceber que a elite, antiga aristocracia que habitava o entorno da Quinta, migrou para a zona sul da cidade, sobretudo devido à presença das praias (Ferreira e Martins, 2000). Além disso, o deslocamento de poder para o Palácio do Catete com a chegada da República, também influenciou em novas questões e disputas, na qual se refutava manter um espaço imperial como o lócus da gestão republicana. Neste aspecto, o bairro de São Cristóvão foi perdendo um pouco de seu prestígio e passou a abrigar indústrias e operários recém chegados ao Rio de Janeiro. Ao longo do século XX, a imagem do bairro de São Cristóvão e da Quinta da Boa Vista foi incorporando o contexto popular de fato, sendo o local de encontro, principalmente, das classes trabalhadoras.

Ferreira e Martins (2000), afirmam que no período de 1940-1980, a Quinta passou a ser o principal espaço de convivência de famílias aos finais de semana para confraternizações e piqueniques. E, com a criação do Jardim Zoológico, em 1945, o espaço ganhou mais uma área de lazer com o potencial de atrair ainda mais visitantes (Ferreira e Martins, 2000, p.

35). Já a partir da década de 90, o parque passou a exercer uma outra imagem, sobretudo relacionada ao contexto educacional, se perpetuando até a contemporaneidade: a Quinta é presença constante nos roteiros de trabalhos de campo das escolas, principalmente públicas, onde crianças no período escolar visitam o local para conhecer um pouco mais sobre a história do país, além da flora da Mata Atlântica.

Nesse panorama, o espaço da Quinta da Boa Vista pode ser considerado uma paisagem cultural da cidade, estando conectado ao que o pesquisador Rafael Winter Ribeiro (2007) discute sobre a importância de se compreender as paisagens de forma integrativa, reconhecendo que o patrimônio, se relaciona à memória e sendo, de igual maneira, indispensável ao desenvolvimento de uma nação:

Se considerarmos que a categoria de paisagem cultural da forma como tem sido trabalhada junto às instituições internacionais deve-se ressaltar características interativas entre o cultural e o natural, ou entre o material e o imaterial, abordando o sítio inteiro de uma maneira holística (Ribeiro, 2007, p.106).

Sendo assim, como forma de averiguar o desdobramento do papel desse espaço na atualidade da cidade do Rio de Janeiro, como parte tanto da memória urbana, como do desenvolvimento, foram realizadas entrevistas com um grupo de pessoas, jovens e adultas, moradoras da cidade, entre os anos de 2021 e 2022. Os resultados da análise dessas entrevistas foram reunidos em uma nuvem de palavras, que representa os termos mais citados por esse grupo à época, conforme pode ser visto na figura 5.

Figura 5: Nuvem de palavras sobre a Quinta da Boa Vista



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

A partir dos termos apresentados na nuvem de palavras, foi possível organizar três índices:

- Valores socioambientais: contato com a natureza, frescor e temperatura amena.

- Valores culturais: Museus e Zoológico.
- Benefícios sociais: Relaxamento, acessibilidade, piqueniques, descanso, memórias da infância, lembranças.

Esses resultados mostram que os valores socioambientais são qualidades que o meio ambiente, ou nesse caso o parque, possui de acordo com a perspectiva da sociedade da qual ele faz parte, sendo, portanto, também relacionados a cultura local. Já os benefícios sociais indicam efetivamente a melhoria do estado de bem-estar por conta da disponibilidade desses valores (tanto socioambientais, quanto culturais), indicando que todos os aspectos existem e devem ser analisados em conjunto no parque. Por exemplo, a melhora na saúde física e mental e o alívio do estresse são benefícios sociais que dependem dos valores socioambientais analisados como a cobertura vegetal que propicia uma temperatura mais amena. De igual forma, as memórias da infância se conectam aos valores culturais presentes nas visitas ao Museu Nacional (fato que foi descrito também com pesar, com relação ao incêndio no museu em 2018).

Para os entrevistados o fato de haver um local de convivência em meio a natureza urbana foi a experiência fundamental. Até mesmo a expressão “espaço de bem-estar” foi utilizada para se referir ao parque em relação ao “contato com a natureza”. Outra questão muito abordada foi a das memórias da infância, ou lembranças. Isso se reflete nos relatos sobre os passeios escolares ao parque, bem como aos piqueniques em família realizados neste espaço, que indicam que as pessoas guardam uma relação de afetividade com a Quinta da Boa Vista.

Figura 6: Aspectos paisagísticos da Quinta da Boa Vista



Fonte: Arquivo pessoal, 2022.

Termos como descanso e relaxamento indicam que a Quinta da Boa Vista, apesar dos desafios em níveis de infraestrutura e segurança, ainda possui muita relevância, por ser um lugar de tranquilidade (durante o dia), especificamente, na zona norte, sendo esta uma outra palavra muito citada nas entrevistas. O fato do parque se localizar na zona norte e ser acessível a muitas pessoas via transporte público, é algo que influencia no bem-estar geral dos entrevistados, pois eles podem vivenciar a paisagem e a natureza urbana de uma maneira mais próxima, tendo em vista a falta desse tipo de espaço em bairros mais afastados da zona sul.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto foi possível compreender algumas dinâmicas urbanas impulsionadas com a chegada da família real portuguesa ao Brasil. Além disso, a iconografia dos parques foi se alterando ao longo dos séculos, passando a englobar outras camadas sociais brasileiras. Nesse contexto, o caso da Quinta da Boa Vista é bastante peculiar, tendo em vista a transição de imagem a partir de uma origem aristocrática até a imagem atual relacionada ao lazer da população, se constituindo num efetivo espaço público.

Portanto, a pesquisa aqui discutida corroborou o fato de que o parque, sendo um jardim histórico, possui múltiplas funções que se relacionam ao testemunho de uma época e transmitem o passado e o presente do contexto social brasileiro, como parte da memória urbana carioca (Abreu, 1998). A maneira pela qual as pessoas vivenciam e gerenciam essa paisagem na contemporaneidade, reconstrói cotidianamente a relevância desse espaço na cidade do Rio de Janeiro, indicando que os espaços efetivamente possuem variadas identidades no decorrer do tempo, que vão se materializando à medida que a sociedade se modifica.

REFERÊNCIAS

- Abreu, M. A. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras e Geografia I**, Porto, p.77-97, 1998.
- ARBILLA, G.; SILVA, C. M. Floresta da Tijuca: uma floresta urbana no Antropoceno. **Revista Virtual de Química**, [S. l.], v. 10, n. 6, 2018.
- ENDERS, A. A história do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: **Gryphus**, 2008.
- FERREIRA, J. C; MARTINS, A. M. M. Quinta da Boa Vista: de espaço de elite a espaço público. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 13, p. 125-145, 2000.
- FERNANDEZ, A. C. F. Um Rio de florestas: uma reflexão sobre o sentido da criação dos parques na cidade do Rio de Janeiro. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 141-161, 2011.
- HEYNEMANN, C. B. Floresta da Tijuca: qual história. In: **Simpósio Nacional De História**, 25., 2009, Fortaleza. Anais...Fortaleza: ANPUH, 2009.
- MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. Parques urbanos no Brasil. São Paulo: **Edusp**, (Coleção Quapá). 2002.
- MAGALHÃES, C. Obras rústicas e ornamentos: os artífices e a técnica da rocaille para jardins e parques urbanos no Brasil entre o final do século XIX e o início do XX. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 19-57, 2017.
- WINTER, R. Paisagem Cultural e Patrimônio. Rio de Janeiro: **Iphan**, 2007.
- SEGAWA, H. Ao amor do público: jardins no Brasil. São Paulo: **Fapesp**, 1996.
- TRINDADE, J. A. Os jardins de Glaziou para a Quinta da Boa Vista, Rio de Janeiro/RJ. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 13, n. 156, p. 60-73, 2014.